

BANCO CREFISA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A., referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Principais destaques:

O Banco Crefisa S.A., obteve um lucro líquido de R\$ 64.927 mil (R\$ 22.009 mil em 2023), uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 23,85% (10,62% em 2023). O patrimônio líquido atingiu R\$ 272.216 mil (R\$ 207.289 mil em 2023). O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 65,31% (69,53% em 2023).

Auditor Independente:

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira.

Agradecimentos:

O Banco Crefisa S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 27 de março de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Crefisa S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crefisa S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 12, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e nos saldos correspondentes, o Banco realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso essas mesmas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com essas partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

BANCO CREFISA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		1.464.949	1.244.261
Disponibilidades	4	158.241	822
Caixa e depósitos bancários		3.249	822
Aplicações interfinanceiras de liquidez		154.992	-
Instrumentos financeiros		1.287.242	1.219.475
Títulos e valores mobiliários	5.1	274.245	237.789
Carteira própria		268.685	230.797
Vinculados à prestação de garantias		5.560	6.992
Relações interfinanceiras		76.765	85.310
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	5.591
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		76.425	79.281
Correspondentes		340	438
Carteira de crédito	5.2 a	936.232	896.376
Operações de crédito		625.547	549.836
Outros créditos com característica de Concessão		329.689	371.798
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(19.004)	(25.258)
Outros créditos		18.869	23.219
Rendas a receber		826	479
Diversos	6	18.043	22.740
Outros valores e bens	7	597	745
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos		667	667
Provisões para desvalorizações		(667)	(667)
Despesas antecipadas		597	745
Não circulante		1.307.334	1.257.543
Instrumentos financeiros		1.241.383	1.174.356
Carteira de crédito	5.2 a	1.241.383	1.174.356
Operações de crédito		1.238.926	1.164.999
Outros créditos com característica de Concessão		17.829	22.734
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(15.372)	(13.377)
Outros créditos		57.806	74.549
Ativo fiscal diferido	23 a	48.370	60.453
Diversos	6	9.436	14.096
Outros valores e bens	7	7.278	7.278
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos		7.575	7.575
Provisões para desvalorizações		(297)	(297)
Imobilizado de uso		2	2
Outras imobilizações de uso		511	511
Depreciações acumuladas		(509)	(509)
Intangível		865	1.358
Ativos intangíveis		3.006	3.006
Amortizações acumuladas		(2.141)	(1.648)
Total do ativo		2.772.283	2.501.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		2.208.008	2.278.245
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.585.418	1.847.933
Depósitos	8	1.444.411	1.781.899
Depósitos à vista		312.214	344.712
Depósitos interfinanceiros		1.029.586	1.223.943
Depósitos a prazo		102.611	213.244
Obrigações por operações compromissadas		141.007	-
Carteira de Terceiros		141.007	-
Relações interdependências		-	66.034
Recursos em trânsito de terceiros		-	66.034
Outras obrigações		622.590	430.312
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		264	449
Fiscais e previdenciárias		8.406	5.633
Diversas	9	613.920	424.230
Não circulante		292.059	16.270
Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	281.967	2.762
Depósitos		281.967	2.762
Depósitos a prazo		281.967	2.762
Outras obrigações		10.092	13.508
Diversas	9	10.092	13.508
Patrimônio líquido	11	272.216	207.289
Capital:			
Capital - De domiciliados no país		344.320	344.320
Reserva de lucros		5.204	1.958
Prejuízos acumulados		(77.308)	(138.989)
Total do passivo		2.772.283	2.501.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Semestre findo em 31 de dezembro 2024	Exercício findo em 31 de dezembro	
			2024	2023
Receitas da intermediação financeira		220.673	431.095	388.921
Operações de crédito	13	187.582	369.456	345.425
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1 d	32.600	60.969	40.119
Resultado de operações de câmbio	15	491	670	3.377
Despesas da intermediação financeira		(105.834)	(211.698)	(203.633)
Operações de captação no mercado	14	(74.762)	(147.068)	(157.180)
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	5.2 d	(31.072)	(64.630)	(46.453)
Resultado bruto da intermediação financeira		114.839	219.397	185.288
Outras (despesas)/receitas operacionais		(53.119)	(105.381)	(156.340)
Receitas de prestação de serviços	16.1	347.538	629.639	396.101
Rendas de tarifas bancárias	16.2	2.934	6.448	6.589
Despesas de pessoal	17	(9.277)	(11.407)	(4.298)
Outras despesas administrativas	18	(373.186)	(690.379)	(515.213)
Despesas tributárias	19	(42.379)	(78.281)	(53.843)
Outras receitas operacionais	20	42.682	84.925	86.087
Outras despesas operacionais	21	(21.431)	(46.326)	(71.763)
Resultado operacional		61.720	114.016	28.948
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		61.720	114.016	28.948
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(18.059)	(35.702)	(18.373)
Imposto de Renda		(9.967)	(19.761)	(10.055)
Contribuição Social		(8.092)	(15.941)	(8.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(9.227)	(12.083)	11.859
Imposto de renda pessoa jurídica		(5.126)	(6.713)	6.588
Contribuição social sobre lucro líquido		(4.101)	(5.370)	5.271
Participações estatutárias no lucro	27	(704)	(1.304)	(425)
Lucro líquido do semestre e exercício		33.730	64.927	22.009
Número de ações (em milhares)	11	339.394	339.394	339.394
Lucro líquido do semestre e exercício por lote de mil ações (R\$)		99,38	191,30	64,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício findo em	
	31 de dezembro	31 de dezembro	
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre e exercício	33.730	64.927	22.009
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre e exercício	<u>33.730</u>	<u>64.927</u>	<u>22.009</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2024	11.a	344.320	3.517	(109.351)	238.486
Lucro líquido do semestre		-	-	33.730	33.730
Constituição de reserva legal	11.b	-	1.687	(1.687)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>344.320</u>	<u>5.204</u>	<u>(77.308)</u>	<u>272.216</u>
Mutação do semestre		<u>-</u>	<u>1.687</u>	<u>32.043</u>	<u>33.730</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	11.a	344.320	1.958	(138.989)	207.289
Lucro líquido do exercício		-	-	64.927	64.927
Constituição de reserva legal	11.b	-	3.246	(3.246)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>344.320</u>	<u>5.204</u>	<u>(77.308)</u>	<u>272.216</u>
Mutação do exercício		<u>-</u>	<u>3.246</u>	<u>61.681</u>	<u>64.927</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	11.a	344.320	857	(159.897)	185.280
Lucro líquido do exercício		-	-	22.009	22.009
Constituição de reserva legal	11.b	-	1.101	(1.101)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>344.320</u>	<u>1.958</u>	<u>(138.989)</u>	<u>207.289</u>
Mutação do exercício		<u>-</u>	<u>1.101</u>	<u>20.908</u>	<u>22.009</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício findo em	
	31 de dezembro	31 de dezembro	
	2024	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	33.730	64.927	22.009
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício			
Provisão/(reversão) para provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	31.072	64.630	46.453
Depreciações e amortizações	248	493	493
Atualização monetária-depósitos judiciais e contingências	(1.905)	(1.834)	(958)
Provisão imposto de renda e contribuição social	18.059	35.702	18.373
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	9.227	12.083	(11.859)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	90.431	176.001	74.511
(Redução)/aumento líquido nos ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	(19.897)	(36.456)	(32.075)
Relações interfinanceiras e interdependências	(11.967)	8.545	(6.085)
Operações de crédito	(109.129)	(215.199)	(343.675)
Outros créditos	22.838	52.627	(13.643)
Outros valores e bens	45	148	-
Depósitos	(121.109)	(58.284)	84.484
Obrigações por operações compromissadas	50.988	141.007	-
Relações interfinanceiras e interdependências	(2.743)	(66.034)	66.046
Outras obrigações	98.284	155.064	170.326
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(2.259)	157.419	(111)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso	-	-	13
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos	-	-	13
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.259)	157.419	(98)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	160.500	822	920
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	158.241	158.241	822
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.259)	157.419	(98)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco Crefisa S.A. ("Banco"), sediado à Rua Canadá, nº 390 - São Paulo - SP, tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos comerciais, ofertando crédito consignado, antecipação de fornecedores, operando como Banco pagador de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestando serviços de assessoria e consultoria financeira e inclusive de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Crefisa conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas, devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários - carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Resolução CMN nº 4.910/21.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco Crefisa S.A. estão contemplados a seguir:

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("*accrua*") das operações de crédito vencidas, até o 59º dia é contabilizada em receita e a partir do 60º dia é vedado o reconhecimento de encargos de qualquer natureza.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são fundamentadas na análise das operações efetuadas pela Administração para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil.

Operações de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base "pro-rata" dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável.

(e) Investimentos

Os investimentos em títulos patrimoniais são demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pela atualização patrimonial informada pelas instituições. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável.

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação - 10% e o sistema de processamento de dados - 20%.

(g) Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

(h) Redução ao valor recuperável

O CPC 01 (R1) estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia provisão para desvalorização de bens, além da provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no montante de R\$ 964 (2023 - R\$ 964).

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Descrição	Índice (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de Imposto de Renda	10,00
Contribuição social (a)	25,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Créditos Tributários" com reflexo no resultado do período.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

(j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09:

- (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Provisões - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- (iii) Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- (iv) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

(k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "*pro-rata*" dia).

(l) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN no. 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação do ativo imobilizado; (ii) amortização de itens do intangível; (iii) provisão para perdas com operações de crédito e passivos contingentes; (iv) *impairment* dos ativos não financeiros; e (v) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nestas estimativas.

(n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes.

(o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e Depósitos bancários	3.249	822
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa nº 4.1 (a))	154.992	-
Total	<u>158.241</u>	<u>822</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez, representadas por aplicações em operações compromissadas - posição bancada e posição financiada, ativos financeiros com alta liquidez e risco significativo de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

4.1. Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5.1 (d))	34.203	12.807

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria "para negociação" por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

(a) Composição por classificação:

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Carteira própria e vinculada - livres				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	268.534	268.685	230.755	230.797
Vinculados à prestação de garantias				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	5.560	5.560	6.992	6.992
Total	<u>274.094</u>	<u>274.245</u>	<u>237.747</u>	<u>237.789</u>
Circulante	-	274.245	-	237.789

Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 1º de março de 2027 a 1º de setembro de 2027.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição por emissor:

	31/12/2024	31/12/2023
Público - Governo federal		
Títulos para negociação	274.245	237.789
Total	274.245	237.789

(c) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Títulos públicos						
Letras financeiras do tesouro LFT's	-	274.245	274.245	237.789	-	237.789
Total	-	274.245	274.245	237.789	-	237.789

(d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 4.1 (a))	34.203	12.807
Rendas de títulos de renda fixa	26.766	27.312
Total	60.969	40.119

5.2. Carteira de crédito

(a) Por tipo de operação:

	31/12/2024						
	Crédito			Provisões			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total Bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total Líquido
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	625.547	1.238.926	1.864.473	(17.145)	(15.372)	(32.517)	1.831.956
Total de operações de crédito	625.547	1.238.926	1.864.473	(17.145)	(15.372)	(32.517)	1.831.956
Outros créditos							
Outros Créditos	5.807	-	5.807	(185)	-	(185)	5.622
Títulos e créditos a receber	323.882	17.829	341.711	(1.674)	-	(1.674)	340.037
	329.689	17.829	347.518	(1.859)	-	(1.859)	345.659
Total	955.236	1.256.755	2.211.991	(19.004)	(15.372)	(34.376)	2.177.615
Circulante	955.236	-	955.236	(19.004)	-	(19.004)	936.232
Não Circulante	-	1.256.755	1.256.755	-	(15.372)	(15.372)	1.241.383

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023						
	Crédito			Provisões			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total Bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total líquido
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	549.836	1.164.999	1.714.835	(22.035)	(13.377)	(35.412)	1.679.423
Total de operações de crédito	549.836	1.164.999	1.714.835	(22.035)	(13.377)	(35.412)	1.679.423
Outros créditos	243	-	243	(3)	-	(3)	240
Títulos e créditos a receber	371.555	22.734	394.289	(3.220)	-	(3.220)	391.069
Total de outros créditos	371.798	22.734	394.532	(3.223)	-	(3.223)	391.309
Total	921.634	1.187.733	2.109.367	(25.258)	(13.377)	(38.635)	2.070.732
Circulante	921.634	-	921.634	(25.258)	-	(25.258)	896.376
Não Circulante	-	1.187.733	1.187.733	-	(13.377)	(13.377)	1.174.356

(b) Por faixa de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Operações vencidas	16.746	26.375
Operações a vencer		
Até 90 dias	375.677	450.727
De 91 a 360 dias	562.813	444.532
Acima de 360 dias	1.256.755	1.187.733
Total	2.195.245	2.082.992
	2.211.991	2.109.367

(c) Por atividade econômica:

Setor	30/12/2024	31/12/2023
Pessoas jurídicas	357.154	9.486
Pessoas físicas	1.854.837	2.099.881
Total	2.211.991	2.109.367

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está assim distribuída:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível de risco	Percentual da provisão (%)	31/12/2024				31/12/2023	
		Operações vencidas	Operações a vencer	Total	Provisão	Total Operações	Provisão
AA	-	-	283.575	283.575	-	337.292	-
A	0,5	948	1.856.694	1.857.642	(9.288)	1.694.687	(8.473)
B	1	825	10.776	11.601	(116)	13.177	(132)
C	3	1.056	8.381	9.437	(283)	10.377	(311)
D	10	2.769	8.217	10.986	(1.099)	10.636	(1.064)
E	30	1.696	9.738	11.434	(3.430)	12.112	(3.634)
F	50	1.938	7.106	9.044	(4.522)	8.779	(4.390)
G	70	2.255	6.526	8.781	(6.146)	5.587	(3.911)
H	100	5.259	4.232	9.491	(9.492)	16.720	(16.720)
		<u>16.746</u>	<u>2.195.245</u>	<u>2.211.991</u>	<u>(34.376)</u>	<u>2.109.367</u>	<u>(38.635)</u>

(d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	38.635	14.785
Constituição/reversão líquida	64.630	46.453
Créditos baixados para prejuízo/revertidos	(68.889)	(22.603)
Saldos finais	34.376	38.635

(e) Créditos renegociados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve créditos renegociados no montante de R\$ 565.768 (R\$ 345.325 em dezembro de 2023).

(f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 2.643 (R\$ 809 em dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos - diversos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósito judicial PIS (nota explicativa nº 10 (a))	3.281	3.127
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (i)	6.114	10.969
Adiantamentos diversos	1.043	661
Impostos e contribuições a compensar	184	10.619
Devedores diversos - país (ii)	16.857	11.460
Total	<u>27.479</u>	<u>36.836</u>
Circulante	18.043	22.740
Não circulante	9.436	14.096

(i) Referem-se a valores depositados judicialmente em reclamações trabalhistas e ações cíveis (vide nota explicativa nº10 (b));

(ii) Refere-se a operações de antecipação a fornecedores de clientes do Banco.

7. Outros valores e bens

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bens não de uso próprio		
Imóvel	7.278	7.278
Terreno	297	297
Máquinas e equipamentos	667	667
Provisão para desvalorização	(964)	(964)
Subtotal	<u>7.278</u>	<u>7.278</u>
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas	597	745
Subtotal	<u>597</u>	<u>745</u>
Total	<u>7.875</u>	<u>8.023</u>
Circulante	597	745
Não circulante	7.278	7.278

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

Depósitos	31/12/2024				Total	31/12/2023
	Prazos (dias)					
	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360		
À vista	312.214	-	-	-	312.214	344.712
Interfinanceiros	-	596.090	433.496	-	1.029.586	1.223.943
À prazo	-	63.078	39.533	281.967	384.578	216.006
Total de depósitos	312.214	659.168	473.029	281.967	1.726.378	1.784.661
Circulante					1.444.411	1.781.899
Não circulante					281.967	2.762

9. Outras obrigações - diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para pagamentos a efetuar - pessoal	1.818	458
Provisões para ações trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 10 (a) (b)) (i)	6.750	8.508
Provisão sobre fianças prestadas (ii)	92	58
Obrigações por transações de pagamento	-	2.391
Obrigações por convênios oficiais (iii)	289.821	186.445
Obrigações por credores diversos - cartões	10.742	15.109
Obrigações a pagar - TECBAN	19.850	-
Outras obrigações - Banco pagador INSS (iv)	286.508	212.641
Outras	8.431	12.128
Total	624.012	437.738
Circulante	613.920	424.230
Não circulante	10.092	13.508

- (i) O Banco constituiu provisões para contingências cíveis R\$ 373 cujo prognóstico de perdas contemplam causas prováveis (vide nota explicativa nº 10 (b));
- (ii) Em atendimento a Resolução do CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016, foi constituída provisão para desvalorização sobre fianças como segue:

Tipo de Garantia	Rating	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Garantido	Provisão	Valor Garantido	Provisão
Vinculado a licitações, leilões, prestação de serviços e execução de obra	AA	27.306	-	27.306	-
Aval ou fiança em processo judicial e administrativo de natureza fiscal	AA	121.917	-	77.857	-
	A	17.820	(92)	11.649	(58)
Total		167.043	(92)	116.812	(58)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) O aumento do saldo refere-se a pagamentos a serem realizados a beneficiários do INSS.
(iv) O Banco tornou-se parte integrante do grupo de instituições financeiras autorizadas a realizar pagamentos de benefícios concedidos pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), o saldo constante nesta conta representa o valor a ser repassado aos beneficiários.

10. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Provisão para contingências fiscais

- PIS: o Banco ajuizou mandado de segurança para assegurar o direito de calcular e recolher PIS de acordo com a Lei Complementar nº 07/70, em relação aos fatos geradores ocorridos após março de 2006 ou, subsidiariamente, garantir o direito de recolher PIS somente com base em suas receitas provenientes da prestação de serviços, compensando-se os valores indevidamente recolhidos desde julho de 2003, nos termos das Leis nºs 9.430/96 e 9.250/95, por ser a Lei nº 9.718/98 não aplicável às instituições financeiras. O processo foi classificado como obrigação legal, tendo provisões e depósitos judiciais, conforme demonstrado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Saldos iniciais	-	3.127	-	2.943
Atualização	-	154	-	184
Provisão	3.281	-	3.127	-
Saldos finais	<u>3.281</u>	<u>3.281</u>	<u>3.127</u>	<u>3.127</u>

(b) Provisões para processos trabalhistas e cíveis

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas que entendem devidas. Os processos de natureza cível em sua maioria pleiteando a revisão de cláusulas contratuais firmando com o Banco. As causas com risco de perda prováveis trabalhistas foram provisionadas, conforme demonstrado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações cíveis	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Ações trabalhistas
Saldos iniciais	192	5.189	-	4.813
Constituição/Reversão	373	(2.285)	192	376
Saldos finais	<u>565</u>	<u>2.904</u>	<u>192</u>	<u>5.189</u>
Depósito judicial	427	5.728	3.502	7.467

(c) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

Ações trabalhistas no montante de R\$ 28.219 (R\$ 20.851 em dezembro de 2023) que foram pleiteados direitos trabalhistas, em especial horas extras e reflexos com depósitos judiciais no montante R\$ 5.667 (R\$ 7.467 em dezembro de 2023); Ações cíveis no valor de R\$ 43.730 (R\$ 4.504 em dezembro de 2023), em sua maioria, pleiteando a revisão de cláusulas de contratos firmados com o Banco, em especial encargos, juros e multa, para os quais existem depósitos judiciais no montante de R\$ 237 (R\$ 21 em dezembro de 2023); Ações fiscais no montante de R\$ 1.083 (R\$ 1.046 em 2023) e depósitos judiciais no valor de R\$ 3.281 (R\$ 3.127 em dezembro de 2023).

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 está representado por 339.394.940 (339.394.940 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 344.320 (R\$ 344.320 em 2023).

(b) Reserva de lucros

Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sendo constituído no exercício de 2024 o valor de R\$ 5.204 (R\$ 1.958 em 2023).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio em função do lucro líquido do exercício ser absorvido pelos prejuízos acumulados.

12. Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Grupo na execução de suas atividades.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita da intermediação financeira - operações de crédito

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas de empréstimos (i)	365.531	343.497
Rendas de direitos creditórios descontados	1.282	1.118
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.643	810
Total	<u>369.456</u>	<u>345.425</u>

- (i) O aumento das rendas refere-se ao aumento substancial da carteira de clientes com operações de crédito.

14. Despesa da intermediação financeira - operações de captação no mercado

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de depósitos interfinanceiros (i)	103.471	139.144
Despesas de depósitos a prazo	26.025	16.871
Despesas de operações compromissadas	16.451	363
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	1.121	802
Total	<u>147.068</u>	<u>157.180</u>

- (i) A redução das despesas de depósitos interfinanceiros refere-se a queda da taxa CDI quando comparada em 2023, de 12,25% (13,04% em 2023) e ao mesmo passo que reduziu também a carteira de clientes.

15. Resultado de operações de câmbio

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de operações de câmbio - outras	(992)	(907)
Resultado de variação cambial (i)	1.662	4.284
Total	<u>670</u>	<u>3.377</u>

- (i) Receita de atualização de Depósitos em Moedas Estrangeiras - valor elevado de receita em função do saldo Médio elevado mantido junto a Banqueiros no exterior.

16. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

16.1. Receita de prestação de serviços

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Garantias prestadas	1.369	676
Rendas de antecipação de aquisição	39	397
Serviços prestados a ligadas (i)	620.780	389.762
Outros serviços	7.451	5.266
Total	<u>629.639</u>	<u>396.101</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se a serviços prestados a Crefisa S.A. - Crédito e Financiamento e Investimentos, prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

16.2. Receita de tarifas bancárias

	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de tarifas bancárias	6.448	6.589
Total	6.448	6.589

17. Despesas de pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	8.080	2.946
Encargos sociais	2.720	959
Benefícios	607	393
Total	11.407	4.298

18. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de serviços de terceiros (i)	49.875	68.953
Despesas de serviços técnicos especializados	3.007	1.832
Despesas de processamento de dados	20.966	19.396
Despesas de comunicações	366	350
Despesas de serviços do sistema financeiro	42.703	24.483
Despesas de processos e custos judiciais	7.306	1.831
Despesas de tarifas INSS (ii)	554.581	391.577
Despesas de aluguéis	5.691	3.550
Despesas de licença de uso de aquisição (iii)	1.873	2.343
Outras despesas	4.011	898
Total	690.379	515.213

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Aumento na tarifa paga a INSS, em consequência do aumento na quantidade de beneficiários do INSS pago mensalmente.
- (ii) Refere-se a tarifa paga a Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pelos pagamentos de benefícios. A variação ocorrida no período refere-se a operações de novos clientes captados por meio da Previdência Social;
- (iii) Refere-se a licença de uso das bandeiras de cartões e processamento de uso de cartões.

19. Despesas tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de ISSQN	31.803	20.115
Despesas de contribuição ao COFINS	39.783	28.801
Despesas de contribuição ao PIS	6.465	4.680
Despesas com outros tributos	230	247
Total	<u>78.281</u>	<u>53.843</u>

20. Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reversão de provisões para contingências	2.398	-
Atualização de depósito judicial	848	958
Variação cambial	591	229
Tarifa RCO de portabilidade (ii)	21.382	12.133
Títulos e créditos a receber - com característica de concessão de crédito - Antecipação a fornecedores (i)	51.740	71.051
Outras	7.966	1.716
Total	<u>84.925</u>	<u>86.087</u>

- (i) Refere-se a redução do volume de operações em adiantamento de fornecedores;
- (ii) Aumento na portabilidade das operações de consignado

21. Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Constituições/atualizações de riscos fiscais e trabalhistas (i)	640	11.822
Descontos concedidos	1.549	270
Despesas com serviços Associados a transações de pagamentos	139	618
Prejuízos operacionais no pagamento de benefícios do INSS	4.425	5.589
Despesas com repasses INSS (ii)	31.422	23.330
Tarifa RCO de portabilidade (iii)	7.649	29.565
Outras despesas operacionais	502	569
Total	<u>46.326</u>	<u>71.763</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O Banco constituiu provisões para contingências de processos fiscais e trabalhistas cujo diagnóstico de perdas contemplam causas prováveis.
- (ii) As despesas de repasses referem-se a provisão de tarifas junto ao INSS, que serão pagas durante o primeiro semestre de 2025;
- (iii) Aumento na portabilidade das operações de consignado

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as operações são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes da tributação s/lucro e deduzidas as participações e JCP	114.016	28.948
Adições / (exclusões):	<u>(153)</u>	<u>30.468</u>
Provisão para contingências	(6.913)	568
Provisão para Devedores Duvidosos	61.987	45.644
Outras Provisões	13.471	17.064
Perdas Lei 9.430/96	(63.320)	(31.808)
Participações sobre o lucro	(468)	(122)
Incentivos Fiscais	100	345
Outros	<u>(5.010)</u>	<u>(1.223)</u>
Lucro Antes das Compensações	113.863	59.416
(-) Compensações de Prejuízos/Base Negativa	(34.159)	(17.825)
Base de cálculo do IRPJ	79.704	41.591
Imposto de renda calculado	19.902	10.374
Incentivos fiscais de dedução	<u>(140)</u>	<u>(319)</u>
Imposto de renda apurado	19.762	10.055
Base de cálculo da CSLL	<u>79.704</u>	<u>41.591</u>
Contribuição social apurada	15.941	8.318
Total IRPJ e CSLL apurado	<u>35.703</u>	<u>18.373</u>
IRPJ - Estimativa	(18.396)	(15.393)
CSLL - Estimativa	<u>(14.757)</u>	<u>(12.614)</u>
Total IRPJ e CSLL devido	<u>2.550</u>	<u>(9.634)</u>

23. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco Crefisa constituiu Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal de anos anteriores no valor de 6.317 e sobre diferença temporária no valor de 42.053, totalizando o valor de 48.370 mil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado e contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações financeiras. Considerando os critérios determinados pela Resolução 4.842/20.

A administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

(a) Composição do ativo diferido:

Descrição	2024	2023
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores (a)	14.038	48.197
Provisão Devedores Duvidosos (b)	34.376	38.635
Provisão Judiciais Trabalhistas (c)	2.904	5.189
Provisão INSS (d)	52.890	39.192
Provisão Pis e Cofins - Contestação Judicial (e)	3.282	3.127
Base de cálculo	107.490	134.340
 Cálculo:		
CSLL - 20%	21.498	26.868
IRPJ - 25%	26.872	33.585
Total saldo do crédito tributário	48.370	60.453

O valor presente desses créditos tributários, calculado utilizando a taxa média SELIC em 12,0% é R\$ 43.973.

- a) Conforme Art. 203 da Instrução Normativa RFB 1700/17, para fins de determinação do lucro real, o lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais respeitando o limite de 30% (trinta por cento) do referido lucro líquido ajustado.

A compensação poderá ser total ou parcial, em um ou mais períodos de apuração, à opção do contribuinte, observado o limite previsto no art. 205.

O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para compensação.

- b) A Provisão para Devedores Duvidosos tem como principal objetivo cobrir o risco de inadimplência, e é constituída conforme normas do Banco Central. Tal risco é associado a cada contrato de operação de crédito e é preliminarmente calculado em função da quantidade de dias em atraso, a qual determinará o percentual do saldo contábil da operação que corresponderá à provisão.

A regra utilizada para constituição da PDD está baseada integralmente na Circular 2.682/99.

- c) As provisões para fins Trabalhistas são adicionadas à base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme regras estabelecidas pelo art. 339 do RIR.

Conforme vão ocorrendo os acordos judiciais/e ou a finalização dos processos os valores são efetivamente aproveitados na base do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência a competência contábil.

O controle das adições e exclusões é efetuado automaticamente com base nos sistemas de pagamentos, contábil e fiscal.

Posteriormente, com base nos relatórios gerenciais, os valores são devidamente conciliados.

- d) Os valores provisionados de INSS referem-se as tarifas pagas ao INSS relativo à prestação de serviços como Banco Pagador ao beneficiário do INSS.

A provisão é constituída quando se recebe o relatório contendo a estimativa dos valores calculados pelo INSS e revertida no final do mês subsequente quando se recebe a informação dos valores efetivos a serem pagos.

- e) O Banco Crefisa possui dois Mandados de Segurança (Processo n.º 0007421-45.2006.4.03.6100 e 0007420-60.2006.4.03.6100) sob patrocínio do Escritório Velloza Advogados, que discutem a tributação de Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras.

Referidos Mandados de Segurança foram sobrestados no Tribunal Regional Federal diante da pendência de julgamento da tese pelo STF. Contudo, em 20/06/2023, foi publicada Ata deste julgamento (Tema n.º 372 do STF) de forma desfavorável à empresa.

(b) Expectativa de Realização do Ativo Diferido

Os créditos tributários da Instituição em 31 de dezembro de 2024 representados por diferenças temporárias e prejuízo fiscal de exercícios anteriores possuem a seguinte expectativa de realização:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base	Saldo	Expectativa de realização
Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	14.038	Até 120 meses
Provisões Devedores Duvidosos	34.376	24 meses
Provisões Judiciais Trabalhistas	2.904	20 meses
Provisão INSS	52.890	1 mês
Provisão Pis e Cofins - Contestação Judicial	3.282	12 meses
Total	107.490	

24. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a. Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de Crédito

A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas.

Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias e ações de cobrança.

Risco de Mercado e IRRBB

A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (*Value at Risk*).

Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza *backtesting* para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress.

Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco.

Risco de Liquidez

Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descasamento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente.

Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas.

Risco Operacional

A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco.

Risco Socio, Ambiental e Climático

O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações.

Risco de Continuidade de Negócios

O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita.

Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano.

Risco de Conformidade (Compliance)

A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades.

Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos.

Risco de Privacidade e Proteção de Dados

A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA).

A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco Cibernético

O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição.

b. Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador.

Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa.

O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de R\$ 6.517 bilhões em 31 de dezembro de 2024, sendo a totalidade desse valor enquadrada como PR Nível I.

O Índice de Basileia nessa data foi de 65,31%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador.

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

25. Informações complementares

- (a) As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 167.043 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 116.812 em 31 de dezembro de 2023) e estão registradas em conta de compensação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem valores de avais e fianças honradas a terceiros.

26. Outros assuntos

(a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB n°. 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 64.927 e (R\$ 22.009 em 31 de dezembro de 2023) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes.

(b) Resolução CMN n° 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN n° 5.101/2023. Incluir nota sobre os impactos na instituição

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025.

O Banco Crefisa adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5° da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

(c) Impactos dos eventos climáticos sofridos pelo estado do Rio Grande do Sul

Em consonância com as Resoluções CMN n° 5.132 de 10/05/2024 e resolução CMN n° 5.158 de 24/07/2024, foram considerados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, os critérios normais com base na resolução CMN n° 2.682, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos e relevantes em nossa carteira de operações de crédito. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando se fizer necessário.

(d) Análises e Reconhecimento entre as práticas contábeis adotadas em 31/12/2024 e as novas normas determinadas pelas resoluções CMN n°4.966/2021 e n°352/2023, respectivamente

A resolução n° 4.966/2021 do CMN e alterações realizadas posteriormente, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e todas as entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O objetivo das referidas normas é reduzir as assimetrias entre as normas contábeis do COSIF e os padrões contábeis internacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicional a Resolução nº 4.966/21 do CMN, o BACEN emitiu normas complementares ao tema. A resolução nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados a destinação de fluxo de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e, evidenciação de informações sobre os instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante as mudanças trazidas pelas resoluções supracitadas também ocorrerão a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O BACEN reestruturou o elenco de contas do COSIF com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 (Instruções Normativas BCB nº 426/23 e 433/23 e alterações posteriores).

A instituição BANCO CREFISA elaborou um plano de implementação aprovado pela administração da instituição, contendo todos os mapeamentos e seus impactos, implementação de todas as mudanças realizadas com todas as adequações necessárias nos processos e sistemas internos e legados e a revisão dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

A frente de trabalho deste projeto foi totalmente estruturada sobre as principais temáticas trazidas exclusivamente pelas normas:

- (1) Classificação e Reconhecimento da Renda de Empréstimos;
- (2) Taxa Efetiva de Juros;
- (3) Renegociação e Restruturação de Dívidas;
- (4) Mensuração da Perda Esperada e;
- (5) Evidenciação.

Os resultados e impactos da aplicação das referidas normas acima referenciadas estão apresentadas no quadro abaixo:

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	272.216
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a)	(46.133)
Ajuste ao valor justo de Ativos Financeiros (c)	-
Efeitos Tributários	20.760
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	246.843

- (a) Na adoção da Resolução nº 4.966/21 do CMN e da Resolução nº 352/23, houve alteração nas apurações das perdas incorridas, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perdas esperadas de acordo com a resolução nº 2.682/99.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Até 31/12/2024 o reconhecimento da apropriação da receita de juros relacionada a operações de crédito, deve cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 60 dias e, a partir de 01/01/2025 com a nova regra esse reconhecimento deverá cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 90 dias (aplicado apenas para operações não marcadas como ativo problemático). A Instituição BANCO CREFISA optou por marcar as operações com atraso entre 60 e 90 dias como ativo problemático, sendo assim, não houve impactos na transição devido ao não reconhecimento das rendas advindas destes contratos.
- (c) Nas classificações dos instrumentos financeiros para as novas categorias introduzidas pela Resolução nº4.966/21 do CMN (“Valor Justo por meio do resultado - VJR”, “Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA” e “Custo Amortizado”) a Instituição CREFISA não teve alteração no critério de mensuração desses ativos financeiros (curva x mercado). Sendo assim não houve impacto relevante sobre a posição patrimonial da BANCO CREFISA, pois nossos instrumentos Financeiros estão classificados pela categoria de custo amortizado.

Os impactos de transição são embasados nas melhores estimativas apuradas na data do relatório financeiro e os ajustes identificados decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis serão registrados em contrapartida à rubrica contábil de Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários sensibilizando o Patrimônio Líquido da Instituição BANCO CREFISA.

27. Participações sobre o lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos a título de participação nos lucros e resultados o valor de R\$ 1.304 (R\$ 425 em 2023).

28. Relacionamento com a auditoria

Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua conclusão.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Ivan Dumont Silva
Diretor

Marcio Felipini
Contador-TC- CRC 1SP 197.370/O-2